

**APONTAMENTOS DE EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DE SE FAZER
PESQUISA ANTROPOLÓGICA SOBRE O CAMPESINATO NO MUNICÍPIO
DE GOIÁS¹**

**NOTAS DE EXPERIENCIAS Y DESAFÍOS DE HACER LA INVESTIGACIÓN
ANTROPOLÓGICA SOBRE LO CAMPESINADO EN EL MUNICIPIO DE GOIÁS**

Lucinete Aparecida de Moraes²

Maria Meire de Carvalho³

RESUMO

Este ensaio é uma narrativa de experiência em pesquisar a categoria do campesinato no município de Goiás. Para figurar o camponês político mergulhei nas vivências do Tempo-Escola em que meus interlocutores são os próprios especializados da turma Dom Tomás Balduino, além de visitas de campo no Projeto de Assentamento Serra Dourada, localizado à 5 km da cidade de Goiás. E, para aprofundar minhas reflexões sobre campesinato/história das lutas pela terra apresento uma escuta etnográfica da minha própria família, na memória do meu avô Jovino para retratar a identidade camponesa, para além da terra.

PALAVRA-CHAVES: Antropologia. Campesinato. Goiás.

RESUME

Este ensayo es un relato de experiencia en la investigación de la clase campesina en la ciudad de Goiás . Para calcular el campesino político sumido en las experiencias de la Escuela -Time en el que mis interlocutores están especializados propia clase Dom Tomás Balduino , así como visitas de campo ao Proyecto Serra Dourada , situado a 5 km de la ciudad de Goiás . Y para profundizar en mis pensamientos sobre el campesinado / historia de luchas por la tierra presenta una escucha etnográfica a mi propia familia , en memoria de mi abuelo Jovino retratar la identidad campesina , más allá de la tierra .

Palabra clave: Antropología. Campesinado. Goiás.

¹ Artigo elaborado como trabalho de conclusão de curso da especialização lato sensu em Direitos Sociais do Campo ofertado pela Universidade Federal de Goiás em parceria com o PRONERA.

² Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. moraislucinete1@gmail.com

³ Doutora em História pela Universidade de Brasília. Diretora da regional Goiás – Universidade Federal de Goiás e orientadora deste. meire.ufg.goias@gmail.com

O PONTO DE PARTIDA

A partida sempre nos passa pela ideia da ida e da chegada a um “novo” lugar. Essa caminhada torna-se busca incansável por uma nova forma de ver e atuar no mundo que pode resultar em novas possibilidades, mesmo para aqueles, como eu, que pretendem etnografar⁴ as experiências de “casa”⁵ - o lugar que se mora, vive e se relaciona.

Na partida desta escrita vem à tona o mesmo sentimento de centenas de camponeses que partem rumo ao sonho da conquista da terra. Partir é uma luta! Luta permanente para os que querem um pedaço de terra para nela morar, plantar, colher, reproduzir, na busca por um mundo menos desigual.

Também, não deixa de ser um desafio para o exercício antropológico que atua como uma atividade pensante frente aos fatos e os resultados oriundos destes. No caso, um exercício de pensar as transformações que ocorrem nas sociedades contemporâneas, suas "reterritorializações" e, especificamente, as transformações relacionadas aos projetos da reforma agrária e as questões de território como das categorias de poder e identidade dos povos do campo.

Posto isto, alguns questionamentos se fazem necessários: Qual o lugar de fala do antropólogo? E de que lado fala? Quem são os interlocutores? Quais os representantes desse outro lado de mundo, que tão recentemente entraram em cena enfocando várias questões de (re)organização social – material e simbólica?

Assim, este ensaio possui como objetivo alimentar e reforçar a luta dos próprios camponeses e dos trabalhadores rurais, contra o latifúndio, ou melhor, contra os fatores impeditivos para o seu desenvolvimento. Opta-se, então, por alcançar o almejado pelo grupo dos explorados: a luta por seus direitos e espaços em sociedade.

Nesta demanda é que faz necessário o exercício antropológico que perpassa pela interpretação dialógica, ou seja, a posição do antropólogo como agente político do seu tempo e a exposição do caminho percorrido da luta pela

⁴ O Trabalho do antropólogo. Etnografia constitui uma forma de registro do modo de vida de outro sujeito, conforme a visão de mundo e o modo de pensar de sua cultura.

⁵ Aqui o que chamo de casa é a cidade de Goiás que há 10 anos sou moradora.

terra, especificamente na cidade de Goiás – o município com maior número de assentamentos no Brasil.

PRIMEIRAS NOTAS DO “SABER-FAZER” ANTROPOLOGIA⁶

Pelas lentes dos companheiros⁷ da especialização, das provocações dos professores, dos (re)encontros com a memória - o meu baú pessoal, e, claro, perceber que as memórias individuais são coletivas pelo seu jeito de existir no mundo, em especial do nosso grupo – o campo, aos mais íntimos - a roça.

Neste percurso pude ver que não existe um consenso sobre o conceito do campesinato. A economia, a história social, a agroecologia, o direito, e, por onde falo, a antropologia, cada um tem sua visão, algumas complementam-se, outras totalmente destoantes.

O “saber-fazer” da antropologia oficial, também a serviço do Estado-Nação com o projeto de colonização e imprime nas sociedades não ocidentais o selo de “estranhas⁸”. Um exemplo disso seria o que discutimos durante a especialização em que muitos ainda atribuem à figura do camponês como atrasado, rude, coitado, dentre outros pejorativos, enquanto os cidadãos, os urbanos seriam os civilizados.

Mas, este ensaio vem contrariar a antropologia dominante. Mostrar como a antropologia (subversiva, em certa medida) pode contribuir para ampliar o horizonte de questões e propostas de respostas dentro do universo da reflexão acadêmica que luta pela Reforma Agrária é tarefa de muitos, para além dos 52

⁶ A antropologia, saber científico desde o final do século XVIII, estudava as populações que não pertenciam à civilização ocidental. O “outro” era considerado “selvagem”, “exótico”, “incivilizado”. Os artefatos, as comidas, ervas, o trabalho, os rituais, a organização social, dentre infinitas subjetividades antropológicas daquelas sociedades complexas resultaram em gabinetes, museus, feiras de exposições “vivas” nos grandes centros civilizados europeus.

⁷ Companheiros, metaforicamente, como se usa no movimento de luta pela terra. A escrita é uma luta, companheiros de leituras, trocas, lados, pontos. Avante! Agradeço as antropólogas Mariana Lima e Cristiane Melo pelas cartas antropológicas, um puxão de orelha aqui, uma cutucada ali e, as trocas e as cartas. Roberta Caiado, gestora ambiental e com olhar para o Direito Popular traz a denúncia contra o agronegócio, o latifúndio, a exploração de classes e as conversas e trocas sobre as identidades do camponês sob o olhar jurídico. Aos amigos Ana Cláudia de Lima Silva e Gabriel Dayer, da área das exatas e naturezas aplicadas que ampliou minha visão de cultura a partir da técnica, das novas tecnologias do campo, algo a se aprofundar. Muito obrigada!

⁸ **es.tra.nha.men.to:** (1) achar estranho; achar extraordinário; (2) não conhecer, não estar familiarizado com; (3) Não reconhecer; (4) Admirar (por causa de variação havida); (5) Achar censurável; censurar; (6) Fugir de, esquivar-se; (7) Não se reconhecer; (8) Fugir da convivência, esquivar-se.

especialistas da turma Dom Tomas Balduino. Na via oposta, se “cutuca” a Antropologia oficial (nas entrelinhas) a se repensar em seu lugar de saber/fazer: de onde pisamos é que lançamos nosso olhar e, portanto, é a partir do nosso lugar de fala que falamos. Se nos colocamos fora e acima de nossos interlocutores, obviamente produziremos conhecimento contra nossos interlocutores.

A Antropologia e os Direitos Sociais são pares. O trabalho de assessoria jurídica popular, a educação do campo, os cursos de formação contra a violência da mulher, os ciclos da agroecologia e as visões sobre os territórios de grupos, comunidades e povos do campo, seus líderes, militantes, ativistas... encontram no conceito de empoderamento⁹, o motor para a continuidade da luta pela terra, na preservação da natureza, nas trocas de cura e alimento, no acesso aos direitos sociais: a moradia, a educação, a saúde, a escola, a terra, e, o além da terra, o espiritual, na evolução de nós, homens e mulheres, como dizia seu Matias, “somos o que comemos”, camponês da Chapada, na cidade de Nova Roma.

CAMINHOS DA ESCRITA

A necessidade de revisitar conceitos, autores, a história da antropologia e métodos faz com que este ensaio, ora exponha interpretações acerca do objeto de pesquisa, ora exponha reflexões sobre a prática do antropólogo. Isso se dá devido as constantes preocupações do saber/fazer antropológico durante o percurso construído no programa de mestrado¹⁰.

O foco deste ensaio está na visibilidade da luta pela terra na cidade de Goiás que conta com a participação de vários agentes, tais como:

O Estado, por meio de ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

⁹ **em.po.de.ra.men.to:** significa uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços de decisões, de consciência social dos direitos sociais.

¹⁰ Projeto de Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiania, Brasil, com o Título: Olhares Patrimoniais: o antigo arraial do Ferreiro (GO), sob orientação do professor doutor Manuel Ferreira Lima Filho. É uma pesquisa sobre o tema do patrimônio e territorialidade na localidade do Ferreiro, sítio histórico tombado pelo IPHAN no município de Goiás e ocupado por comunidade de sem-terra, que desenvolvo desde 2009, final de minha graduação em História.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelos olhos do líder religioso Dom Tomas Balduino, hoje falecido, mas representado por outros participantes;

A Universidade Federal de Goiás (UFG), regional de Goiás, pelas lentes da turma nomeada Dom Tomás Balduino¹¹, uma homenagem ao bispo que contribuiu com/pela luta à terra dos povos do campo;

A Universidade Estadual de Goiás, através do Núcleo Gwata;

Os trabalhadores rurais, em especial, os assentados do Projeto de Assentamento Serra Dourada, que fica à 5 km do município de Goiás.

A partir de documentos oficiais do Estado/INCRA sobre o processo de reforma agrária no município de Goiás, foi possível constatar o papel articulador da CPT e dos agentes pastorais, além do protagonismo de líderes assentados da região, muitos deles associados numa cooperativa de trabalhadores rurais, sendo possível tecer algumas análises de como o “poder” e o “movimento” como os motores para constituição de redes de compreensão da realidade agrária do município. (Veremos mais a frente sobre este ponto).

A oportunidade de integrar o corpo discente desta especialização ampliou os olhares, construiu uma nova forma de pensar a partir do aprofundamento do conceito de campesinato como uma categoria política e de identidade, e, claro a compreensão dos sujeitos e dos movimentos que protagonizam a luta pela terra no Brasil [fotografia 01].

¹¹ Especialização em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária, oferecida pela UFG, regional Goiás, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), baseada na pedagogia da Alternância (Tempo Escola – 435hs; Tempo Comunidade – 154 hs).

FOTO 01: Primeira Foto oficial da Turma Dom Tomás Balduino – Residência Agrária em Direitos Sociais do Campo - UFG/PRONERA



FONTE: UFG/PRONERA

Os materiais audiovisuais, como fotografias e vídeos, constituíram o processo de levantamento de informações no período em que estávamos no Tempo Comunidade¹², e, que além de instrumento de coletas de dados, servem como registros da realidade atual dos projetos de assentamentos, seu processo histórico, de (re)organização social e de visibilidade social.

Dada a importância desta luta tão presente na região nos anos de 2012 e 2013, o Projeto de Assentamento Serra Dourada¹³ foi incluída na programação oficial das atividades oferecidas pelo Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) da Cidade de Goiás, como exibição no assentamento e uma oficina de audiovisual que só foi possível devido a parceria entre o Programa Arte

¹² Meus Tempos Comunidades, então, acontecem junto ao Projeto de Assentamento Serra Dourada, na localidade do Ferreiro. Estes são os sujeitos da minha pesquisa de mestrado, que aproveitei da observação participante para problematizar e compreender as questões/conceitos sobre o campesinato, o poder, a luta e o movimento para o desenvolvimento das pesquisas, e, claro, na minha experiência enquanto pesquisadora-extensionista.

¹³ Projeto de Assentamento Serra Dourada, às margens do Rio Vermelho, afluente da Bacia do Rio Araguaia, objeto de planejamento, com 239,39 há de terras. Foram originalmente, uma propriedade do Ministério da Agricultura, conhecida como Fazenda Can-Can, sendo a parte central desta área destinada à instalação do projeto piloto da Escola Família Agrícola de 2 grau, com apoio da CPT. Aproximadamente, 74,12 há (31%) da área de Reserva Legal, além de um sítio histórico do Brasil Colônia, localizado na fronteira do território – o Ferreiro – fica 5 km da cidade de Goiás.

Lucinete Aparecida de Moraes; Maria Meire de Carvalho. Apontamentos de experiências e desafios de se fazer pesquisa antropológica sobre o campesinato no município de Goiás

e Cultura na Reforma Agrária (PACRA/INCRA/CE) e a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT/GO), o que demonstra a força de atuação do movimento de luta pela terra, ocupando espaços além da terra, uma questão de Direitos Humanos, se tornando visível, para além da tela. [foto 02].

FOTOGRAFIA 02: Parceria PRACA/INCRA e FICA/SECULT pela inclusão do público de Reforma Agrária do município na programação oficial do festival. 02/07/2013



FONTE: Arquivo da associação.

O processo de pensar, organizar ideias e escrever torna-se uma luta (voltamos ao ponto de partida) considerando todo o exercício antropológico de percepção que se exige da realidade analisada. Mas, vale ressaltar que o aprofundamento desta experiência que se constituirá ao longo do caminho da pesquisa, dos intensos diálogos com antropólogos como Brandão e Woortmann e das reflexões feitas a partir da vivência dos dois Tempos – a comunidade e a escola - desta especialização.

A formação do pesquisador-extensionista, o aprendizado sobre as questões de Estado e subalternidades, a descoberta da camponesa-antropóloga, as contribuições da Educação para a luta e essa imersão/vivência/experiência que servirão para a análise e desenvolvimento do pensar e da escrita. Também tem a intenção de uma proposta que estabeleça conexões entre Reforma Agrária

e Patrimônio¹⁴, mas isso é um outro tempo de conversa. Deixemos para o mestrado.

Os desafios da pesquisa encontravam-se na falta de aprofundamento teórico sobre campesinato, terra, campo, dentre outras categorias. A turma Dom Tomás Balduino, as rodas de conversas com assentados, os discursos dos líderes políticos, os relatos dos assessores técnicos e demais contribuintes tiveram o objetivo de demonstrar as percepções individuais e coletivas sobre a questão agrária no Brasil, mais especificamente no município de Goiás - o campo da pesquisa.

No Tempo Escola 2 foi realizada uma visita técnica ao P.A. Serra Dourada (meu sujeito/objeto de pesquisa). A atividade coletiva proporcionou dois momentos: no primeiro, a visita ao assentamento, com caminhada pelo território em companhia de seus líderes e também o vereador Aderson Gouveia, representante dos trabalhadores rurais; no segundo momento, atores/estudantes da especialização puderam socializar suas impressões acerca da visita.

Na roda de conversa com o vereador e os líderes do assentamento foram evidenciados alguns temas:

- 1) A história oligárquica da região que se confunde com a história do Brasil na tangencia das desigualdades sociais;
- 2) A participação da igreja católica na luta pela terra figurada por Dom Tomás Balduino;
- 3) A ida para a cidade e o desejo de voltar para o campo;
- 4) As questões da grilagem e cercas;
- 5) A parceria com o sindicalismo na luta pela terra;
- 6) O Surgimento da cooperativa;
- 7) Enfrentamentos políticos no município;

Na socialização e troca de ideias, os estudantes/atores provocados por conhecer o assentamento e ouvir os líderes fizeram algumas colocações acerca da atividade:

¹⁴ Nesta oportunidade pesquiso o P.A. Serra Dourada, e, nas minhas observações e conversas com a comunidade, quero entender o que é patrimônio para eles. Me parece uma visão da “*terra para além da terra*”. O tópico “Campesinato: no triero da política e identidade” aborda de forma mais generalizada tais questões.

- 1) A dificuldade do trabalho coletivo pela falta de acesso da comunidade às políticas públicas;
- 2) A falta de planejamento que mesmo tendo os recursos/financiamento não há como aplicá-los pela falta de capacitação técnica;
- 3) A importância da formação política dos líderes a partir da CPT;
- 4) Pela relevância e necessária ação da igreja nesse processo;
- 5) A urgência da normatização jurídica do assentamento frente à questão agrária;
- 6) A dificuldade dos assentados devido suas tensões/relações internas;
- 7) A necessária organização das mulheres do assentamento;
- 8) Pensar o projeto de cooperativa partindo da questão política, na preservação e recuperação das áreas do cerrado.

As contribuições teóricas serão apresentadas nos tópicos adiantes, intensamente vivenciadas nas práticas cotidianas dos assentados pesquisados. Ainda que de forma rasa alguns dos assuntos que instigaram a propositura deste ensaio, ao mesmo tempo, trouxeram as respostas e entendimentos que busca o antropólogo – compreender o lugar de fala e como são as formas de existência dos sujeitos da pesquisa.

Então, a partir daqui, o texto se divide em mais quatro partes: 1- A Terra em disputa: poder e movimento no município de Goiás em que traço uma cronologia histórica até o ano de 2013, quando entro na especialização e me relaciono mais diretamente com os meus sujeitos da pesquisa; 2- Campesinato: no triero da política e da identidade, um caminho de enfrentamentos; 3- O bau do vovô: uma escuta etnográfica individual e coletiva; 4- E, a luta continua... a tentativa de fechar este ensaio para os colegas da especialização e aqueles que não são antropólogos, no serviço de contribuir com a luta a partir de reflexões nas relações entre agentes, poderes e lugares: ora na singeleza de um acontecimento pontual, como a exibição do filme ciclovida no Assentamento; ora na grandiosidade de algo que é reconhecido oficialmente como “a luta pela terra” no município de Goiás, como quando fala de Trombas e Formoso.

Por conta dessa maneira de pensar (com) a História, o ensaio traz uma reflexão interessante: o processo/movimento camponês de lutar por terra também

traz em si o processo/movimento camponês de se inscrever na História, como sujeito. Ocupar terra é, em outra medida igualmente importante, ocupar um lugar de fala e visibilidade social.

REVISÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO DA LUTA PELA TERRA EM GOIÁS

“Vida é luta”!

Dona Lucimar, moradora da cidade de Goiás

Na década de 50 intensificou-se no Brasil o processo de modernização do campo que foi tomando grandes proporções a partir da década de 60. A expansão da fronteira agrícola se fez por todo o país e foi trazendo significativas transformações tanto para a economia como para aqueles que tiravam do campo a sua subsistência.

A modernização não trouxe apenas um considerável aumento na produção agrícola e na exportação, mas, também, trouxe consigo grandes impactos ambientais, com excessivo uso de agrotóxico e, por consequência, forte desgaste do solo. E mais do que isso, contribuiu para a descaracterização de um modo de vida gerando desemprego no campo e o consequente êxodo rural.

Atualmente, a questão da terra se evidencia através das disputas por grupos ou projetos que beneficiam partes específicas da sociedade e se encontra, inclusive, como pauta na agenda do governo desde os tempos de João Goulart. As elites agrárias que ocupam grande parte da bancada do governo, alimentam cada vez mais o agronegócio mantendo-o como modelo de concentração fundiária e aumentam cada vez mais o número de vítimas trabalhadores rurais.

Embora a discussão tenha grandes proporções, este ensaio é delimitado e direcionado ao município de Goiás que entre os anos de 1980 a 2013 protagonizou um intenso processo de reforma agrária ativado pela participação da Diocese de Goiás e da CPT junto ao Estado/INCRA que investiram na prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) somada às ações de desapropriação de fazendas para a Reforma Agrária e acesso à educação do campo por meio do PRONERA, como os casos, do P.A. Serra Dourada em 1999 [foto 03], e da Escola Família Agrícola de Goiás – EFA(GO).

FOTOGRAFIA 03: Foto oficial da posse do Projeto de Assentamento Serra Dourada – sítio histórico do Ferreiro/Goiás



FONTE: Arquivo da associação.

A política agrícola desenvolvida pelo Estado/INCRA e pela atuação dos movimentos sociais visam recuperar a história e a raiz do povo camponês que por sua luta, ocupa o lugar de fala e resiste às imposições dominantes advindas da classe latifundiária associada ao capital financeiro e busca o fortalecimento da agricultura familiar. Claro, a reforma agrária, como política do Estado seria excelente não fosse a consequente problemática da permanência da terra, do acesso aos créditos do governo, da instabilidade da propriedade, esta questão levantada por vários assentados, dentre outras.

Um grande destaque que justifica a ampliação do debate sobre o campesinato na região de Goiás foi o conflito entre camponeses e grileiros ocorrido em Trombas e Formoso (1950-1957) que vitimou os posseiros, muitos deles trabalhadores rurais, mas que ganhou repercussão por ter sido uma das poucas revoltas vitoriosas no Brasil República. A revolta criou quase uma “república de Trombas e Formoso”, mas foi duramente reprimida durante a ditadura, camponeses desapareceram, o medo foi instaurado e ficaram um tempo quietos....

Após a vitória do movimento a luta tomou força e a partir da década de 70 ampliou as formas de organização camponesa, numa série de fatores, inclusive

inoperância dos sindicatos...passando a ter como prioridades a luta pela terra, pela reforma agrária, por mudanças sociais, e, (mais recentemente) pela defesa dos povos originários - indígenas e quilombolas.

A revolta de Trombas e Formoso, pois com o golpe militar de 64 camponeses da região foram torturados e perseguidos, inclusive o líder do movimento, José Porfírio, foi caçado e preso pelos militares e até hoje não se sabe de seu paradeiro. Esta luta pela terra foi uma das mais importantes ocorrida no estado de Goiás e deve para sempre ser lembrada para que sua memória não se perca no tempo, para que continue sendo referência da grandiosidade do movimento camponês e da importância da continuidade da luta.

Os movimentos sociais, os sindicatos, a universidade e a igreja são instituições importantes e até necessárias neste processo de luta pela terra. Dentre estas organizações, a CPT - Comissão Pastoral da Terra - tem se destacado pelo seu papel pacificador e é a mais atuante organização, em que seus membros são ligados as obras sociais da Igreja Católica e um de seus grandes feitos tem sido as denúncias das violências ocorridas no campo. Especificamente na diocese de Goiás, a CPT desenvolveu, representada pela figura emblemática de D. Tomás Balduino "Centros de Treinamento de Líderes" e veem atuando desde 1980 junto aos grupos de luta pela terra no município. Hoje, as Escolas de Agroecologia, as pastorais da Terra, da Juventude discutem a luta pela terra, de onde vem a maioria dos participantes dos encontros.

D. Tomás era bispo e responsável em boa parte por esta aventura pioneira. Seu falecimento em 2014, causou grande comoção nas comunidades camponesas e indígenas, mas seu legado ficou para a história do município como referência de luta e igualdade para os povos. Ele cedeu espaço para que os trabalhadores rurais fizessem suas reuniões de formação política, de organização de sua luta sindical e, sobretudo da futura conquista da terra, enfrentando o latifúndio, a grilagem e seus jagunços.

A Diocese através da CPT valoriza e promove o modo de ser camponês, fortalecendo o ecumenismo de modo a criar uma espiritualidade que ajudasse os assentados a superar as crises, divisões internas e as pressões externas. Reforça a partir da vivência religiosa e a espiritualidade da terra, o apoio

necessário aos assentados e sobretudo os acampados na luta pela reforma agrária e, mais ainda, pela reforma radical da estrutura fundiária do Brasil. Estas questões colocadas são as marcas estruturantes que caracterizam e dão identidade ao movimento camponês existente no município de Goiás.

CAMPESINATO: NO TRIERO DA IDENTIDADE E DA POLÍTICA

Na história oficial são elencados os principais protagonistas dentro de uma visão binária de mundo - dominantes e dominados. Desse modo, o campesinato foi tido como um resíduo daqueles que se atrasaram para sair de cena, não era reconhecido como um movimento de força, luta e resistência.

A sociedade brasileira foi configurada por um modelo europeu fundado numa relação senhor/escravo que com o passar do tempo se transformou numa relação capital-recurso/trabalho.

O universo camponês é um espaço de movimentos, deslocamentos que, em inúmeras situações, evidenciam lógicas de reprodução da condição camponesa. Woortmann(s) nos dizem que "para entender o camponês é preciso olhar o mundo através dos 'óculos' pelos quais eles o lêem". Essa compreensão é trazida por Brandão que define a antropologia do campesinato pela visão do nativo e o experimento dos "saberes e fazeres" do meio rural.

Ainda, Brandão (2004) demonstra o "ethos da campesinidade" como sendo uma categoria já cunhada por Klaas Woortmann na antropologia moderna. Esse "ethos da campesinidade" não está presente apenas no modo de vida camponês, ele passa pela tradicionalidade que ainda permanece no morador urbano. As questões morais da honra, da dicotomia entre o certo e o errado fazem parte desse "ethos", que está no todo da vida social. Portanto, a ética camponesa pode ser descrita como um conjunto de valores morais tradicionalmente aliados com o rural, tendo ela três princípios: a honra, a reciprocidade e a hierarquia ligadas à terra, a família e ao trabalho.

No Brasil, a categoria é reconhecida pela produção para o mercado fundamentada no recrutamento de mão de obra familiar – investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio

material, produtivo ou sociocultural. É constituído por poliprodutores, integrado ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo, enquadrado numa capacidade de adaptação aos novos modelos de produção impostos pelas classes econômicas dominantes – uma política de Estado.

De categoria de identidade para categoria política, ainda generalizado, impõe-se um entendimento mais amplo do universo em que o camponês produz e reproduz. Percebe-se uma luta de classe constituída no campo pela condição de vida e produção (camponesa) tendo como principal vilão, atualmente, o agronegócio. Quanto mais se avança na pesquisa e no reconhecimento da organização/condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros (há linhas de pesquisa que analisam essas categorias como campesinato, outras não), compondo essa posição social ou que investem para essa conquista.

O modo de vida camponês articula-se aos valores de sociabilidade familiar, de vizinhança, de parentesco e da construção política. Um “nós” voltado para o coletivo que se contrapõe ao modo de exploração da força de trabalho e submissão comercial.

A organização camponesa participa da construção da sociedade brasileira. A luta pela terra tem além de caráter político, da construção do patrimônio pela/da terra, da condição de existir do homem do/no campo”, da valorização da forma de existência camponesa em sua dimensão sociocultural – formas de uso da terra, relação com os recursos naturais, relação de compadrios.

Para aprofundar minhas reflexões sobre campesinato/história das lutas pela terra, no próximo tópico apresento uma escuta etnográfica da minha própria família, na memória do meu avô Jovino. O argumento sobre o ethos camponês que ainda permanece no morador urbano talvez seja minha contribuição para os leitores não antropólogos, aos militantes de movimentos de luta pela terra, aos companheiros da turma Dom Tomás Balduino – advogados populares, educadores do campo, assistentes sociais...

O BAÚ DO VOVÔ: O TEMPO¹⁵ NA ETNOGRAFIA

“O menino tinha no olhar um silêncio de chão
e na sua voz uma candura de fontes”.
|Manoel de Barros - Menino do Mato|

Jovino, nasceu em Crucilândia - Minas Gerais, no ano de 1930. O caçula de 13 irmãos, e conheceu apenas 02 irmãs. Seu pai, Leonel era um dos mais ricos da região mas gastou todo dinheiro e terras para salvar a vida dos filhos, que morria um por um, acometidos de grave doença genética.

O pai de Jovino morreu quando ele tinha 08 anos e sua mãe Escolástica também faleceu quando ele completou 16 anos, sendo um dos momentos mais triste pra ele que nessa época só tinha a mãe, pois as irmãs que conheceram, também haviam falecidas.

Jovino aprendeu a ler e escrever pagando para o professor com serviços de lavrador. Quando jovem gostava de jogar futebol com os amigos. Era folião, gostava das festas religiosas de antigamente, pois era ponto de encontro entre rapazes e moças da corrutela em que morava.

Anos mais tarde, casou-se com sua prima – Maria Aparecida da Conceição, brincavam desde de crianças e diziam que iriam se casar, e, tiveram 06 filhos, sendo a primogênita falecida, pois nasceu com a língua enrolada.

Em 1963 migraram para o estado de Goiás, período conhecido como caiadismo por essas bandas de cá. Vieram de pau de arara, meu avô e minha avó e mais três filhos, meu tio José, minha mãe Lucia e minha tia Soraia, ainda bebê. Outras quatro famílias também vieram, como era o costume, assim a despesa com o transporte saíria mais barato.

Aqui em Goiás, meu avô trabalhou sob sistema de meeiro em fazendas. Um outro costume muito comum é que os proprietários também se tornaram padrinhos dos dois filhos caçulas – a tia Alda e o tio Oerton. Com a relação de compadrio, uma relação de proteção, honra, trabalho e reciprocidade reforça as

¹⁵ O tempo pode ser aprendido pelas pessoas na convivência com a natureza e nas relações sociais. Ele é apreendido pela memória individual e também subjetivamente nas situações que envolvem emoções, como expectativas e ansiedades.

relações servo/senhor, que muitos historiadores sociais, dizem ser herdadas do feudalismo europeu.

Em 1970 o filho mais velho vai à capital, na tentativa de uma “vida melhor”. Convence meu avô que segue com a família para Goiânia – “por falta de fazer para comer, veio para a cidade”, dizia meu avô satisfeito, pois o meeiro, sempre trabalhava para fazer o que comer, era o compadre fazendeiro que tinha o excedente. Minha mãe e meus tios, voltavam a roça para “catar” os feijões que caíam no chão com a primeira colheita, assim que eles tinham roupas, chinelos e outras coisas, como a máquina de costura da minha avó.

Moraram de aluguel e com as economias e salários de guarda-noite compraram a casa, vivia reformando com suas próprias mãos, fez dela o seu pedacinho dos sonhos – sua roça, com chiqueiro, cavalo, carroça, vaca leiteira, papagaio, cachorro, plantações de milho, mandioca, feijão, hortas de alface, couve, cebolinha, cheiro verde e tomate, pomar com bananas, mexericas, laranjas, mangas, abacates, goiabas e jardins com ervas medicinais e flores, muitas delas, que para mim, na época, criança, era uma floresta encantada, tinha até uma cascata com poço pra peixe. Tudo com muito ethos camponês, construído pelos meus avós.

A casa cheia nas festas de aniversários dos avós e a confraternização do natal, a fumaça do fogão a lenha anunciava o frango caipira, o beiju feito de angu de fubá, o guisado de jiló, quiabo e abobora verde, bem característicos das roças mineiras. E, a sobremesa doce de leite, ou doce de laranja lima, pau de mamão ralado, de cidra e queijo fresco, claro.

As horas de prosas dos homens embaixo dos abacateiros sobre o trabalho, o jogo de futebol, os negócios, a política, enquanto as mulheres realizavam o segundo mutirão do dia o da limpeza, o primeiro foi o da comida. Em seguida, elas vão bordar, fazer crochê, e, falar de seus maridos, filhos. Os homens e mulheres desta casa falam de Jesus¹⁶.

Ao mesclarem o urbano com o rural, uma das fortes marcas da cultura em Goiás, Jovino tinha boas perspectivas em relação a cidade, até porque foi na

¹⁶ Minha família materna é convertida ao protestantismo na chegada no estado de Goiás. Analiso este evento como marco das angustias do desconhecido, da necessidade do alimento, da sobrevivência, da luta do homem do/no campo, os sem-terra na cidade.

cidade que conquistou seu pedacinho de roça: “Aprender a viver todo dia, tratar bem os outros, conhecer a realidade são dentre os motivos que dão sentido à vida, sendo a honestidade – não dar prejuízo para ninguém – o mais importante na consciência do homem”

Uma pena não tê-lo mais entre nós. Pois esta mensagem ficou no baú, assim como outro sonho do meu avô - o fiat 147, não realizado pois faleceu no ano de 2004. Sua propriedade com toda alma camponesa foi inventariada e transferida aos 05 filhos, sendo que uma vendeu seu lote para o irmão mais velho, que cedeu os 02 lotes para os filhos – Rosemeire e Tiago, já casados e também com filhos.

Minha avó sem o companheiro, permanece na luta pela existência, vivendo itinerante na casa dos filhos, com qual ethos camponês? Ainda, na festa de aniversário da avó/matriarca e no natal, nas comidas das filhas, noras e netas, nos jardins das casas reproduzindo um pouco dela e do meu avô: “dividimos tristezas e alegrias, compartilhamos os momentos. Somos unidos, as vezes acontece de um se perder, mas sempre volta e é acolhido com amor”.

E A LUTA CONTINUA...

Parafraseando o celebre Levi Strauss, os clássicos da antropologia são bons para pensar. Mas, é oportuno colocar que os contemporâneos são bons para inquietar e trazer novos sentidos, sejam eles epistemológicos, sejam metodológicos.

Marilyn Strathern, Roy Wagner, Bruno Latour e Arturo Escobar surgem na antropologia em tempos que as discussões pós-estruturalistas começam a ganhar escopo na disciplina em muito obscurecidas com aquilo que se pode chamar de a “virada de Geertz”, que se dão justamente nos acontecimentos, a considerar a experiência sensível do pesquisador e a inscrição de códigos do/no sistema cultural.

A experiência do contato com a luta pela terra e com parte de seus sujeitos, através da especialização de residência agrária em Direitos Sociais do Campo, levou a pensar o porquê falar dos assentados e sua relação com a terra, para além da terra como propriedade, e, sim como um lugar de morar, viver e se

relacionar, e que não se esgota, por isso, a continuidade desta pesquisa/narrativa no mestrado em antropologia social. Daí então um apontamento cabe ser feito: para a comunidade pesquisada e a relação territorial, que vai além de um pedaço de chão; é o jeito de plantar, colher, morar, reproduzir, socializar na terra – o patrimônio espiritual (Chagas, 2003).

Com esta experiência fica claro que os "movimentos sociais são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guia as sociedades complexas". (Melucci, 1996: 1) e na produção do conhecimento.

O objeto de pesquisa torna-se expressão que põe em evidência o Estado e os subalternos num jogo de reconhecimentos dos direitos culturais e territoriais, inclusive como política e prática de cidadania frente ao mundo cada vez mais globalizado.

Por fim, o exercício do antropólogo perpassa pela constituição de um posicionamento e do saber/fazer político que combata a perversidade da globalização e de seus operários ao mesmo tempo em que tem o dever de propor caminhos que atendam as demandas atuais que confrontam essa visão binária de mundo que esmaga os colonizados, os subalternos, o povo.

É um combate permanente e, é dever do antropólogo acionar a consciência coletiva para que possa vencer dia após dia essa violência marcada pela apropriação do território e da usurpação do modo de vida camponês, seja como protagonistas, seja na escrita de um ensaio que provoque algum desconforto. E nos dizeres de D. Tomás finalizo: "a luta continua!"

REFERENCIAS

BHABHA, Homi, Disseminação. *Em O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG.

BRANDÃO, Carlos R. *Campesinato Goiano, três estudos*. Goiânia, Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986.

CLIFFORD, James. *Experiência Etnográfica*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

Das, Veena y Poole, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografias comparadas*. Cuadernos de Antropologia Social nº 27, pp.19-52, 2008.

ESCOBAR, Arturo. *La invencion del tercer-mundo*. Caracas. EIPerroylaRana. <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/218.pdf>.

FERNANDES, Florestan. Democracia e Desenvolvimento. In: *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995b.

GEERTZ, Clifford, *A Interpretação das Culturas*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo. Ed 34.

SAID, Edward. A representação do colonizado: os interlocutores da antropologia. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. SP: Companhia das Letras, 2003.

STRATHERN, Marilyn. *No limite de uma certa linguagem*. Mana, Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, Oct.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*, Cosac Nayf, São Paulo, 2010.

WOLF, Eric. Cultura, panaceia ou problema? *Em Antropologia e poder*. Brasília, Campinas; UnB, Unicamp.

WOORTMANN, Klass. *Com Parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral*. Brasília: UNB, Anuário Antropológico 87, 1990.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.